Atravessamos os muros — mas e as fronteiras?
Extensão universitária como práxis territorial

Profª Drª Simone Loureiro Brum Imperatore[1]

Há mais de duas décadas atuo na extensão universitária, em uma trajetória construída com instituições de diferentes portes, perfis e contextos, no Brasil e em distintos países da América Latina. Nesse percurso, participei da construção de políticas, processos formativos, curriculares e institucionais e de diferentes experiências de territorialização e avaliação da extensão — sempre atravessadas por disputas em torno de seus sentidos, práticas e contradições. Talvez por isso eu me veja hoje diante de um desconforto que não consigo e não quero silenciar: em que medida a inserção curricular da extensão foi capaz de deslocar as lógicas acadêmicas, curriculares e epistemológicas que pretendíamos tensionar?

Rompemos, de fato, com a semântica colonial da extensão — a universidade que estende, leva, transfere, assiste — ou apenas a revestimos de novos arranjos curriculares e novas semânticas? A conquista normativa dos 10% trouxe a extensão definitivamente para o currículo, mas sua operacionalização tem revelado contradições que não podemos ignorar. O rateio da carga horária entre componentes curriculares e a multiplicação de atividades pouco articuladas aos percursos formativos e aos territórios têm, em muitos casos, produzido justamente aquilo que não pretendíamos: fragmentação onde buscávamos integração, ações episódicas onde defendíamos processos e cumprimento de carga horária onde esperávamos transformação.

É justamente diante dessa contradição que, para mim, a discussão precisa mudar de lugar: curricularizar a extensão é territorializar o currículo. Territorializar, contudo, não significa apenas ampliar os espaços e contextos de aprendizagem para além da sala

[1] Simone Loureiro Brum Imperatore é pós-doutora e doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale e mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. É docente das Faculdades Integradas UNIMT e CEO da Imperatore Soluções em Gestão Ltda. Há mais de duas décadas atua no campo da Extensão Universitária, em instituições e redes brasileiras e latino-americanas, com ênfase na formação docente, curricularização da extensão, arquitetura curricular, territorialização e avaliação. Integra a União Latino-Americana de Extensão Universitária (ULEU) e o Observatório de Responsabilidade Social da América Latina e Caribe e, em 2023, foi reconhecida pela ULEU como referência brasileira em Extensão Universitária.

de aula. Significa reconhecer que a formação se produz na relação com territórios concretos e com a diversidade de sujeitos, organizações e institucionalidades que os constituem. Território não é endereço, cenário, campo de aplicação ou laboratório social. É espaço vivo, tecido por relações, conflitos, memórias, identidades, saberes, poderes e projetos de futuro. É, portanto, também espaço de produção de conhecimento. Reconhecê-lo nessa perspectiva implica descentrar a universidade como instância exclusiva de produção e legitimação do conhecimento, reconhecendo os territórios e seus sujeitos como coprodutores de saberes com os quais a própria universidade aprende, dialoga e produz novas compreensões da realidade. Trata-se, antes, de um deslocamento epistemológico do que meramente metodológico.

Se o território produz conhecimento, seus sujeitos não podem comparecer ao currículo apenas como destinatários, beneficiários ou fontes de dados. Reconhecê-los como sujeitos de saber implica admitir que conhecimentos populares, profissionais, tradicionais e comunitários possam dialogar, tensionar e produzir conhecimento com a universidade. Mas exige também interrogar as relações de poder que atravessam esse encontro: quem fala pelo território, quem define os problemas, quem representa seus sujeitos e quem decide quais saberes serão reconhecidos e poderão circular nos espaços acadêmicos?

E há uma pergunta ainda mais incômoda: o que acontece quando os sujeitos do território discordam da universidade — de seus diagnósticos, prioridades, conhecimentos ou soluções? Territorializar o currículo significa, portanto, mais do que incorporar outros saberes ou diversificar cenários de formação: implica redistribuir poder na definição dos problemas, na produção do conhecimento, nas decisões e no reconhecimento da autoria. Reconhecer a voz do território implica admitir que sua palavra produza efeitos sobre o conhecimento, a decisão e a ação. Caso contrário, ampliamos a escuta sem construir diálogo ou coautoria, reiterando a face mais tradicional da extensão.

É nesse encontro que a extensão tensiona profundamente a universidade. A realidade não se organiza segundo as fronteiras disciplinares, curriculares ou institucionais pelas quais tradicionalmente ordenamos o conhecimento. Quando suas questões atravessam os muros da universidade, interpelam o currículo, mobilizam

diferentes campos do saber, suscitam investigação, produzem agendas de pesquisa e reorientam práticas pedagógicas. A relação deixa, então, de obedecer à lógica linear universidade–conhecimento–sociedade e passa a constituir um movimento recursivo de territorialização–problematização–teorização e investigação–produção compartilhada de conhecimentos–ação–avaliação–sistematização das experiências.

Nesse movimento, saberes acadêmicos e saberes produzidos nos territórios entram em interlocução, ampliando o universo de referências a partir do qual a realidade é compreendida, e tensionando epistemologias, categorias e semânticas historicamente legitimadas pela universidade. A sistematização das experiências, por sua vez, transforma a prática vivida em objeto de reflexão crítica, permitindo apreender seus sentidos, produzir conhecimentos e retroalimentar o próprio processo. Talvez seja essa uma expressão efetiva da indissociabilidade que defendemos há décadas: diante da complexidade dos problemas reais, aprender, investigar, produzir conhecimento, agir e refletir sobre a ação entrelaçam-se como dimensões constitutivas de uma mesma práxis.
Mas territorializar exige percurso, não atividade. Podemos estar no território sem estarmos territorializados. Vínculos e relações de confiança não se constroem em uma visita; problemas complexos não se deixam compreender a partir de um único campo disciplinar ou profissional. Territorializar pressupõe tempo, continuidade, memória, interdisciplinaridade, interprofissionalidade e construção compartilhada com os sujeitos e instituições do território. Se a extensão pretende ser dialógica e transformadora, precisamos superar a lógica episódica e fragmentada de muitas de nossas práticas e construir processos programáticos, contínuos e territorialmente referenciados, capazes de consolidar vínculos, articular saberes e se deixar interpelar pela complexidade dos territórios.

Por isso tenho trabalhado com a ideia de percursos socioformativos: processos curriculares territorialmente referenciados, nos quais estudantes reencontram, ao longo da formação, problemas socialmente relevantes com repertórios teóricos, metodológicos e profissionais progressivamente mais complexos. A sistematização das experiências constitui memória, permitindo que aprendizagens e conhecimentos produzidos nos territórios retroalimentem o currículo e suscitem investigações que qualifiquem novas

ações. Extensão–pesquisa–ensino–extensão deixa, assim, de ser uma formulação para constituir uma dinâmica curricular retroalimentadora. O estudante não "cumpre" extensão: forma-se na relação com o mundo, com os outros e com problemas reais que o convocam a conhecer, agir e assumir responsabilidade.

Nessa perspectiva, a pergunta pelo impacto social não desaparece; torna-se mais exigente. Avaliar implica interpretar processos e transformações educativas, institucionais e territoriais, reconhecendo que a universidade não é apenas quem avalia ou produz transformação: ela própria precisa se colocar em questão no encontro. Antes de atribuirmos a nós a transformação de uma realidade, precisamos compreender o que se transformou, para quem e entre quem, ao longo de que tempo e com a participação de quais sujeitos. A pergunta avaliativa, então, já não pode ser apenas quanto fizemos?, nem mesmo que impacto produzimos? Precisamos perguntar: que efeitos e transformações os sujeitos envolvidos reconhecem como significativos, o que permanece e amadurece nos territórios — e o que fizemos, como universidade, com aquilo que aprendemos?

Depois de décadas de luta pelo reconhecimento da extensão como dimensão constitutiva da universidade e, mais recentemente, por sua efetiva integração aos currículos, talvez nosso desafio seja agora outro: impedir que sua institucionalização curricular a submeta às mesmas lógicas acadêmicas que deveria tensionar. Curricularizar a extensão não é fazê-la caber no currículo, acomodá-la em cargas horárias ou submetê-la às fronteiras acadêmicas já instituídas. É permitir que o território interrogue o currículo; que outros sujeitos, saberes e modos de conhecer atravessem seus limites; que problemas reais desorganizem fronteiras disciplinares e certezas epistemológicas; e que a universidade aceite rever não apenas o que ensina, mas como conhece, com quem produz conhecimento e a quem reconhece o direito de produzi-lo.

Talvez seja esse o tensionamento que ainda nos falta assumir. Queremos realmente uma extensão transformadora se não estamos dispostos a deixar que ela transforme a universidade? Se o encontro com os territórios não altera nossos currículos, nossas perguntas de pesquisa, nossas referências, nossas práticas, nossos critérios de legitimidade e nossas formas de decidir, talvez tenhamos ampliado enormemente a presença da extensão sem deslocar suficientemente o lugar a partir do qual a universidade

continua olhando o mundo.

Afinal, uma extensão verdadeiramente transformadora não pode ser reconhecida apenas pelas marcas que afirma deixar nos territórios. Precisa ser reconhecida também pelas marcas que os territórios deixam na universidade.

Talvez seja este o deslocamento que ainda precisamos radicalizar: deixar de perguntar apenas o que a universidade transforma quando chega ao território e começar a perguntar o que ela está disposta a transformar em si mesma quando verdadeiramente o encontra.